

FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS, TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E PROCESSOS DE VIOLÊNCIAS: APONTAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Teresa Lisboa¹

Fernanda Borba²

Resumo: Partindo das epistemologias feministas, este artigo discorre sobre a feminização das migrações de haitianas para o Sul do Brasil em busca de melhores condições de vida ou para fugir de violências no país de origem. Após fixar residência, essas mulheres iniciam a reunificação familiar. O diálogo com as haitianas fortaleceu a abordagem metodológica das narrativas sobre a transnacionalização dos vínculos familiares e as situações de violências do Haiti ao Brasil. Pode-se concluir que o processo migratório das haitianas contribui com o aperfeiçoamento de políticas, programas, projetos e metodologias do Serviço Social, capazes de interseccionar os diversos marcadores de diferença social.

Palavras-chave: Feminização da migração haitiana; Violências; Reunificação familiar.

Abstract: Based on feminist epistemologies, this paper discusses the feminization of Haitian migrations to southern Brazil in search of better living conditions or to flee violence. After establishing residence, these women begin family reunification. The dialogue with the Haitian women strengthened the methodological approach of narratives on the transnationalization of family ties and situations of violence from Haiti to Brazil. In conclusion, the migration process of Haitian women contributes to improve policies, programs, projects and methodologies in Social Work capable of intersecting the various markers of social difference.

Keywords: Haitian migration feminization; Violence; Family reunification.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: tkleba@gmail.com. Orcid: 0000-0001-8328-7630

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: fernandaely.borba@gmail.com. Orcid: 0000-0003-4708-7804

1 Introdução

Os Estudos Feministas, também chamados de “Crítica Feminista à Ciência”, tiveram início de forma mais sistemática no final da década de 1970 e têm produzido significativa variedade de tipos de investigações tanto nas áreas de Ciências Humanas como nas de Ciências Sociais Aplicadas.

Ainda que existam inúmeras correntes e diferentes concepções sobre Feminismo, há alguns pontos convergentes entre elas: o primeiro é que a categoria gênero, em interação com muitas outras categorias como raça, etnia, classe, geração, orientação sexual, é um organizador-chave da vida social; e segundo, não é suficiente entender como funciona e como está organizada a vida social; é imprescindível que ocorram ações para tornar as relações mais equitativas, mais justas e menos desiguais entre mulheres e homens.

Nessa direção, as Epistemologias Feministas têm contribuído significativamente para um outro tipo de teoria do conhecimento, na medida em que ressaltam o compromisso político com a mudança social.

A definição etimológica de Epistemologia vem do verbo grego *epistemai*, que significa conhecer, aprender, entender, e *logotipos* que significa raciocínio, palavra, tratado, tópico, questão, assunto. Portanto, a Epistemologia é uma teoria do conhecimento que considera o que pode ser conhecido e como, ou por meio de quais testes as crenças são legitimadas como conhecimento verdadeiro. Também chamada por Sandra Harding (1996) de filosofia da ciência, uma metalinguagem, isto é, um conhecimento sobre o conhecimento.

As Epistemologias Feministas têm como pressuposto que nenhuma teoria do conhecimento pode ignorar o contexto social do sujeito que conhece, ou seja, a pessoa cognoscente é compreendida como alguém que realiza a investigação científica e daí produz o conhecimento e também como alguém que realiza os processos de investigação e produção de conhecimento a partir de um conjunto de elementos que constituem a sua perspectiva teórica sobre o problema, a instituição na qual realiza suas atividades, bem como seus marcadores sociais, entre eles o de gênero.

Além de denunciar e demonstrar as desigualdades de gênero fomentadas e mantidas pela ciência convencional, as estudiosas feministas propõem novos recortes teóricos e metodológicos, como os estudos sobre Decolonialidade e Interseccionalidade (CASTAÑEDA SALGADO, 2008).

Os Feminismos Decoloniais abordam questões como diversidade cultural, relações Norte-Sul, diversidade de experiências e subjetividades geradas com base na forma como se cruzam questões estruturais como racismo, classismo e sexismo.

Essas premissas são compartilhadas por várias autoras, entre elas Lélia Gonzalez, que critica “a hierarquização dos saberes como produto da classificação racial [...]. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica” (GONZALEZ, 2020, p. 42). Para a autora, a Interseccionalidade vem ao encontro dos pressupostos da Decolonialidade:

Para nós, amefricanas do Brasil [...] assim como as ameríndias, a conscientização da opressão ocorre antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 2020, p. 47).

Ao introduzir o conceito de interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (2002) refere-se a uma associação entre múltiplos sistemas de subordinação, ou seja, situações em que ocorrem dupla ou tripla discriminação. Para a autora, “[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema, que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Kimberlé utiliza uma metáfora de intersecção, fazendo uma analogia com um cruzamento de avenidas em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as ruas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. “Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora nos adverte que tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. Por exemplo, as mulheres negras estariam mais sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias, uma vez que comumente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram.

Tendo em vista o percurso realizado pelas autoras por meio dos Estudos Feministas, ambas com formação em Serviço Social, pretendemos neste artigo discorrer sobre a feminização das migrações a partir das narrativas de

mulheres haitianas que migraram para o Sul do Brasil em busca de melhores condições de vida ou para fugir de situações de violências em seu país de origem e, após fixar residência, iniciaram o processo de transnacionalização dos seus vínculos familiares com a finalidade de trazer seus filhos e demais membros da família.

Tal aporte possibilitou o olhar para a experiência das mulheres a partir do movimento articulado entre os marcadores de gênero, raça, etnia, classe, entre outros, o referencial teórico-metodológico privilegiado correspondeu à interseccionalidade e à opção de recorrer às narrativas das mulheres haitianas sobre as trajetórias percorridas, desde a saída de seu país de origem – Haiti – até a chegada ao Sul do Brasil, por se tratar de tema ainda pouco explorado.

2 Feminização das migrações: mulheres em busca de melhores condições de vida

Constata-se, nos últimos anos, um expressivo crescimento nos fluxos migratórios de mulheres em nível global que saem de seus países de origem em busca de melhores condições de vida, atendendo demandas que se configuram como alternativas de geração de renda nos mercados formal e informal. Esses fluxos migratórios que extrapolam fronteiras são denominados por Saskia Sassen (2003) de “contrageografias da globalização”, porque estão direta ou indiretamente associados à economia global, não se caracterizam por uma representação formal, operam com frequência fora da lei e dos tratados e algumas vezes envolvem operações criminais.

Evidencia-se como resultado desses fluxos migratórios uma das faces perversas da globalização: um novo tipo de economia, parcialmente desterritorializada, que atravessa fronteiras conectando múltiplos pontos do globo, numa espécie de rede submersa, informal e ilegal, originando desregulamentação e precarização das relações de trabalho.

Migração é aqui entendida como uma ação social de caráter individual ou coletivo, espontâneo ou forçado, que ocorre por meio de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também podem estar associados a dimensões subjetivas.

Os estudos sobre migração têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente e a mobilidade interna e externa das mulheres que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida ou fugindo de diferentes formas de opressão e exploração. É importante considerarmos que o processo de migração, para as mulheres, significa, muitas vezes, a fuga de uma relação violenta ou de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de considerarmos a perspectiva de engendramento das migrações, ou seja, levar em conta que os fatores que originam e estimulam a migração de mulheres e homens são diferentes. Em função das atividades de subsistência atribuídas em geral às mulheres, são elas as mais penalizadas. Além disso, as mulheres migrantes que cruzam fronteiras internacionais, em geral, ficam com a responsabilidade de prover suas famílias na pátria de origem.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem alertado para o crescente fenômeno da feminização da pobreza, explicitando que 70% das pessoas em situação de vulnerabilidade de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos.

Em sua grande maioria, os estudos definem a pobreza apenas como ausência de recursos materiais. Entendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional que não se restringe unicamente à esfera material e/ou econômica (salário, alimentação), mas extrapola para as dimensões subjetivas concernentes às necessidades básicas das pessoas, tais como carências de proteção, de afeto, de oportunidades, de segurança, de lazer entre outras.

Segundo Naila Kabeer (1998), a pobreza pode ser vista como uma forma dual de privação: privação de necessidades e privação dos meios de satisfazer estas necessidades. No primeiro caso estão as necessidades como alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde. No segundo nível, a possibilidade de acesso a esses meios se relaciona com o exercício da cidadania e a conquista dos direitos, gerados mediante regras, normas e práticas institucionais que por sua vez outorgam direitos a mulheres e homens de forma diferente e desigual em distintos grupos sociais.

De acordo com Anna Ayuso (2007), a referência para medir a linha da pobreza extrema, que na primeira meta do milênio a situava em menos de

um dólar por dia, não se ajusta ao contexto econômico e social da maioria dos países latino-americanos. Alguns indicadores básicos para medir a linha da pobreza, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), seriam:

População abaixo do consumo mínimo alimentar; desnutrição infantil de crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade; proporção de pessoas com escolarização primária completa; taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade; taxa de mortalidade materna; proporção de crianças vacinadas contra enfermidades infecciosas; proporção de nascimentos atendidos por profissionais da área da saúde qualificados; redução da propagação do vírus HIV/AIDS; proporção de doenças infectocontagiosas; e proporção de pessoas com acesso à água potável. (AYUSO, 2007, p. 129).

As diferentes dimensões arroladas acima comprovam que a pobreza tem uma multiplicidade de manifestações que obedecem a diversas causas. Por esse motivo, sua redução exige desenvolver estratégias integrais que abordem diferentes dimensões e se adaptem às necessidades específicas de cada grupo ou território, sem esquecer os efeitos sistêmicos.

As mulheres migrantes de países latino-americanos, africanos e, em específico, do Haiti caracterizam-se pela condição de pobreza e pelos reflexos cotidianos da herança cultural estruturada nas desigualdades de gênero, etnia e raça. É nesse contexto que sobrevém a análise do processo de feminização das migrações internacionais, o qual, segundo Ramos (2012), é configurado como uma das nuances da migração contemporânea. Nesse sentido, cada vez mais mulheres emigram dos países de origem para fugir de problemas que afetam as mulheres de modo geral: a miséria, a violência, o reduzido acesso à educação, à saúde e a oportunidades de emprego e renda.

Consoante Gávia Mejía, Bortoli e Lappe (2015), as expectativas diante do projeto migratório assumem contornos diferenciados conforme os gêneros. Ao passo que os homens haitianos almejam a formação educacional, a autonomia e a independência financeira, as mulheres haitianas emigram especialmente para oferecer melhores condições de vida para os filhos e demais familiares. Ou seja, para as mulheres haitianas a migração conforma-se num projeto familiar, com o qual elas aspiram obter renda suficiente para manter-se no Brasil e enviar dinheiro à família no Haiti:

A maior parte delas deixa um ou mais filhos no Haiti aos cuidados de familiares próximos por falta de condições financeiras para trazê-los. Apesar de que esse projeto migratório visa melhorar a vida das crianças, sobre elas recai grande carga emocional, pois implica estar por longos períodos longe dos pais [...], principalmente da mãe. (GAVIRIA MEJÍA; BORTOLI; LAPPE, 2015, p. 157).

Assim sendo, as migrantes haitianas vivenciam as famílias transnacionais, ou seja, agrupamentos familiares que embora distendidos em vários pontos do globo, não perdem os vínculos quando inseridos em novos contextos sociais. Pertencem ao referido agrupamento todas as pessoas envolvidas na situação de migração: os adultos, as crianças, quem fica, quem migra, quem retorna e quem transita (GAVIRIA MEJÍA; BORTOLI; LAPPE, 2015).

Numa perspectiva de gênero, a supracitada autora reflete que para as mulheres o projeto migratório congrega interesses familiares, envolvendo tanto os membros da família que ficam quanto os que partem. Para enfrentar a dor da separação, perseguem o objetivo de reunificação da família num futuro próximo e de contribuir para a melhoria das condições de vida da família.

3 A migração por dependência: para compreender a diáspora haitiana para a região Sul do Brasil

De acordo com Magalhães e Baeninger (2016), a emigração haitiana não consiste em um fenômeno novo. Desde os anos 1960, ela tem crescido sistematicamente, em especial para países centrais no sistema capitalista, como Estados Unidos e França. Tais países, historicamente, exerceram o controle econômico, político e militar sobre o Haiti. Importante destacar que a crise econômica de 2008 alterou profundamente a geopolítica mundial, incidindo na transformação do fluxo emigratório haitiano, que especialmente a partir do ano de 2010 passou a ter o Brasil como um dos principais destinos.

Na escala haitiana, o agravamento do estado de crise permanente, após 2004, com a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, inaugurou um período de instabilidade política, eleitoral e econômica e de fragilidade institucional e de infraestrutura. Situação exacerbada com o terremoto de janeiro de 2010, as epidemias e os desastres ambientais que se seguiram.

O fenômeno da migração haitiana para o Brasil tomou força a partir do ano de 2010, fato esse desencadeado por acontecimentos de ordem

econômica, política e ambiental que assolaram o Haiti. Segundo Gaviria Mejía, Bortoli e Lappe (2015), mais de um quarto da população haitiana emigrou do país nas últimas décadas, em razão do alto índice de desemprego, alcançando aproximadamente 80% dos(as) haitianos(as). Diante disso, cerca de 25% do PIB haitiano passou a ser composto pelas somas enviadas por emigrantes ao país de origem. Inevitavelmente, a diáspora tornou-se parte da realidade socioeconômica, política e educacional do Haiti.

Entre as principais razões para a intensa onda emigratória, destacou-se o terremoto havido no Haiti no ano de 2010, que vitimou mais 200 mil pessoas, agravando as precárias condições socioeconômicas enfrentadas até então no país. Se não bastasse, o Haiti foi devastado por uma epidemia de cólera no ano de 2011 (BERNARTT et al, 2015; ZENI; FILIPPIN, 2014).

Após o terremoto de 2010, o Brasil tornou-se um destino atrativo para os(as) migrantes haitianos(as) em virtude da facilidade de aquisição do visto humanitário e da imagem propagada pela mídia e reforçada pela presença militar brasileira no Haiti, que indicavam a prosperidade econômica do Brasil. Convergiu ainda a participação do governo brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (GAVIRIA MEJÍA; BORTOLI; LAPPE, 2015).

Da perspectiva brasileira, sobreveio um período de crescimento econômico com relativa inclusão social, a partir da expansão subimperialista ao exterior (inclusive ao próprio Haiti, onde o Brasil está presente desde 2004 por meio da coordenação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH) e da realização de grandes eventos internacionais, o que sugere às famílias haitianas a imagem de um Brasil como potência. Corrobora essa ideia a relativa facilitação da imigração haitiana para o Brasil proporcionada pelas Resoluções Normativas de nº 97 e 102 do CNlg, em especial com a criação do Visto de Ajuda Humanitário específico aos haitianos.

Zeni e Filippin (2014) ressaltam que, entre os estados brasileiros que têm acolhido imigrantes haitianos, Santa Catarina se destaca pelos municípios de Chapecó, situado na região Oeste, e por Florianópolis, por ser a capital. Em estudo realizado na região Oeste do estado, Bernartt et al. (2015) identificaram que os movimentos migratórios haitianos têm se dado da seguinte forma: (1) movimento masculino, impulsionado no ano de 2011 por empresas que foram em busca de imigrantes haitianos para a contratação como força de trabalho; (2) movimento feminino, com a chegada

das imigrantes haitianas, a maior parte para acompanhar os maridos que já haviam se instalado no Brasil. Os autores destacam a forte presença feminina haitiana na região oeste catarinense, tornando-se comuns os apelos veiculados pela imprensa local para o auxílio financeiro da comunidade para contribuir nas viagens em busca da reunificação familiar; (3) desencadeia-se assim o terceiro movimento, caracterizado pela chegada dos filhos dos(as) imigrantes haitianos(as).

Uma das consequências dos processos migratórios que assolam o Haiti diz respeito à reconfiguração das famílias das migrantes, as quais são reordenadas a partir da transnacionalização dos vínculos familiares. Denominando-se famílias transnacionais, tais agrupamentos familiares, embora distendidos em vários pontos do globo, não perdem os vínculos quando inseridos em novos contextos sociais. Pertencem ao referido agrupamento todas as pessoas envolvidas na situação de migração, sendo tanto os adultos quanto as crianças, tanto quem fica quanto quem migra, quem retorna e quem transita (GAVIRIA MEJÍA; BORTOLI; LAPPE, 2015).

Depois que os(as) migrantes haitianos(as) se estabeleceram no Brasil, a maior parte deles viu-se frustrada ante a realidade socioeconômica brasileira, caracterizada pelas oportunidades de trabalho em setores operacionais e baseadas na superexploração da força de trabalho, pelos baixos salários e pelo alto custo de vida no Brasil. A este respeito, estudo promovido por Gavia Mejía, Bortoli e Lappe (2015) identificou que a remuneração obtida pelas migrantes haitianas, na maior parte das vezes, é insuficiente para sustentá-las no Brasil e enviar auxílio financeiro aos familiares no Haiti. Essa situação se agravou desde a chegada dos migrantes haitianos ao Brasil até o ano de 2015, em razão do significativo aumento do dólar.

Para compreender o fenômeno emigratório no Haiti, Magalhães e Baeninger (2016) recorreram a dois conceitos-chave: “dependência de remessas” e “síndrome emigratória” no Haiti. De acordo com os autores, o primeiro conceito:

Expressa a necessidade crescente que algumas famílias envolvidas no processo migratório têm dos recursos enviados pelos familiares ao país de origem. Esta dependência faz menção direta não tanto ao nível dos recursos enviados, mas mais à forma com que estes recursos são utilizados. Neste sentido, as famílias serão dependentes à medida que tais recursos sejam predominantemente utilizados para o consumo, a

subsistência da família, o pagamento dos gastos correntes com alimentação e educação, por exemplo. (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 244).

Magalhães e Baeninger (2016) explicitam que as remessas se constituem num mecanismo de expansão do consumo das famílias receptoras, incidindo numa relação de dependência, a qual é nomeada pelo autor de “dependência de remessas”.

A ausência de estruturas inclusivas no país de origem implica na manutenção do consumo somente com o afluxo de novas remessas, o que incide na emergência de novos fluxos migratórios, caracterizados pela migração de outros familiares que permaneciam no país de origem até então.

Tal sistemática repercute na chamada “síndrome emigratória”, assinalam os autores. Fruto de uma condição de dependência de remessas, “expressa a situação limite de centralidade das migrações internacionais para a manutenção material de inúmeras famílias, e a elevação das remessas a um status de elemento da dinâmica migratória – dado que condiciona novos fluxos ao exterior” (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 245).

Portanto, depreendemos da análise dos autores que a migração para o Brasil é mais do que um projeto individual, haja vista o fato de configurar-se numa estratégia familiar de manutenção do nível de consumo, prejudicado com o acirramento da crise socioeconômica posterior ao terremoto de 2010 no Haiti.

4 Narrativas de mulheres haitianas: transnacionalização dos vínculos familiares e trajetórias de violências

O diálogo com as migrantes haitianas neste estudo privilegiou, como fio condutor, a abordagem das narrativas. Os seres humanos pensam, percebem, imaginam e fazem escolhas morais a partir de estruturas narrativas. Nesse sentido, a narrativa revela-se como um instrumento hábil para compreender a maneira como as pessoas tornam inteligível seu mundo social e a si mesmas. Assim sendo, o pensamento utilizado na maior parte das situações cotidianas é do tipo narrativo. Ou seja, recorremos a histórias para organizar de maneira fidedigna o fluxo caótico de eventos que conformam nossa experiência social, histórica e cultural.

Nessa perspectiva, as narrativas dizem respeito não apenas ao produto de uma narração estruturada por uma sequência temporal contendo um começo, um meio e um fim, mas a um princípio organizador da experiência

humana. Desse modo, os seres humanos criam enredos que possibilitam articular e dar coerência aos diversos eventos testemunhados e protagonizados pelos atores sociais. Ou seja, ao relatar sobre um episódio cotidiano – como um conflito, um sonho, uma doença –, a comunicação frequentemente assume o formato narrativo, por meio da exposição de uma história contada de acordo com certas convenções.

Contar histórias movimenta duas principais dimensões, apontam Jovchelovitch e Bauer (2008). Uma delas é a cronológica, circunscrevendo a narrativa a uma sequência de episódios. A outra, não cronológica, refere-se à construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou seja, de um enredo. De acordo com os autores, o enredo é a base para a construção da estrutura narrativa, pois é a partir dele que as pequenas histórias dentro da história maior ganham sentido. Assim, o enredo dá coerência e sentido à narrativa, fornecendo o contexto necessário para a compreensão dos eventos, atores, descrições, objetivos, moralidade e relações que constituem a história.

Os enredos operam a partir de funções específicas, direcionadas à estruturação e à composição dos diversos episódios em uma narrativa. Nesse sentido, o enredo de uma narrativa delimita o espaço de tempo que demarca o começo e o fim de uma história. Muito embora os acontecimentos da vida humana fluam sem inícios ou fins precisos, é a demarcação dessas etapas na narração que possibilita dar sentido aos eventos da vida. Importante denotar ainda que o sentido não está no fim da narrativa, e sim permeando toda a história.

Segundo Bruner (1997), as formas de estruturar as narrativas tornam-se modelos que estruturam a experiência, viabilizando delinear itinerários no passado e guiar as narrativas até o presente e o futuro. Assim, uma vida não é somente como ela aconteceu, mas também a maneira como ela foi contada e interpretada.

Atento ao papel constitutivo da linguagem para a interpretação e a recriação da realidade social, o enfoque das narrativas viabiliza uma espécie de tradução, na qual o intérprete precisa conhecer os usos da cultura de onde o relato ou o texto emerge, e não apenas o vocabulário de uma língua. É nesse contexto que a abordagem das narrativas é pertinente para estudos com migrantes haitianas, na medida em que elas pertencem a outro universo linguístico e cultural e, muitas vezes, embora tenham migrado para o Brasil, não dominam a língua portuguesa. A dificuldade de comunicação

acaba se tornando um grande desafio para a realização de pesquisas com migrantes haitianas, implicando na busca por referenciais que contribuam para o estabelecimento de vínculo na realização das pesquisas.

A ação de relatar é tão importante quanto o relato em si. A ação discursiva e o trabalho das palavras e dos gestos revelam-se indispensáveis para compreender a produção de sentidos sobre si e sobre o mundo. Noutras palavras, segundo as autoras, dar sentido à própria vida por meio da narração é o que viabiliza criar discursivamente essa realidade, produzindo um conjunto de efeitos sobre si e sobre as pessoas com quem se convive, além do(a) interlocutor(a) das narrativas.

Nesse sentido, vislumbramos a importância das narrativas como desobediência epistemológica, nos termos de Mignolo (2008), visto que contar uma narrativa é protagonizar uma transformação para si, para as personagens da narrativa e para o(a) interlocutor(a) ou leitor(a) das narrativas. Tal é a potência das migrantes haitianas como sujeitos cognoscíveis (CASTAÑEDA SALGADO, 2008), que a partir das suas narrativas sobre a transnacionalização dos vínculos familiares e das trajetórias de violências, têm muito a ensinar ao nosso país sobre a necessidade de rompermos com o racismo estrutural e investirmos em políticas de acolhimento a migrantes.

Narrativas sobre a transnacionalização dos vínculos familiares

A narrativa das histórias das haitianas, que tivemos oportunidade de conhecer a partir do trabalho e de pesquisa realizada no âmbito do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem como base o protagonismo dessas mulheres na reunificação familiar. Bastam poucas histórias para demonstrar o caleidoscópio dos dramas que envolvem a reunificação familiar em um país que conta com poucas políticas públicas para o segmento migrante. Os atravessamentos de gênero, de raça, de classe e de nacionalidade amplificam esse caleidoscópio. Tendo em vista a importância da bandeira haitiana como um símbolo de independência e de resistência dessa nação, a apresentação das narrativas respeitando o sigilo das identidades contou com o codinome das haitianas a partir das cores da bandeira do Haiti, em francês, que é uma das línguas oficiais do país (a outra é o crioulo). Apresentamos a seguir as estórias respectivamente de Bleue (Azul), Verte (Verde), Rouge (Vermelha) e Blanche (Branca):

Bleue é casada e tem quatro filhos. O caçula é de nacionalidade brasileira. Ela migrou para o Brasil posteriormente ao marido. Antes disso, residiu durante um período na República Dominicana. A rota de migração de Bleue ocorreu por deslocamento aéreo até São Paulo, de onde se dirigiu a Chapecó, em Santa Catarina. Sua formação de origem é de massoterapeuta e fotógrafa. Além disso, comunica-se em cinco idiomas (crioulo, francês, inglês, espanhol e português). Não obstante a qualificação de Bleue, a inserção no mercado de trabalho em Chapecó ocorreu em ocupações muito inferiores à sua formação, entre elas a de auxiliar de produção em agroindústria e a de auxiliar de limpeza em empresa terceirizada. Por um período o marido ficou desempregado, e Bleue tornou-se a única provedora, recebendo um salário baixo para uma cidade com tão alto custo de vida. Quando Bleue migrou para o Brasil, conseguiu trazer consigo apenas uma filha ainda bebê.

Os outros dois filhos permaneceram no Haiti sob os cuidados da avó materna. Ambos os meninos sofreram muito por terem permanecido no Haiti, sentindo-se rejeitados. O tempo de espera pela reunificação familiar foi vivenciado pelos meninos com grande angústia. No Brasil, Bleue e o marido foram surpreendidos por nova gestação, de um menino. O fato de conseguirem apenas ocupações desvalorizadas financeiramente, em virtude do alto custo de vida da cidade, somado à necessidade de custear as despesas dos filhos no Brasil e enviar remessas para os filhos no Haiti, tornaram a reunificação familiar cada vez mais distante para a família. Bleue foi surpreendida pelo falecimento de sua mãe e precisou mobilizar rapidamente uma estratégia para trazer os filhos ao Brasil. As crianças permaneceram provisoriamente sob os cuidados de uma tia no Haiti, enquanto ela providenciava sua migração para Miami, nos Estados Unidos.

Na época, Bleue trabalhava como auxiliar de limpeza em um shopping center de Chapecó, e as colegas de trabalho de algumas lojas uniram-se para juntar o montante necessário para a viagem. Fizeram rifas e venderam alimentos. Esse grupo buscou a mídia local, o que sensibilizou a comunidade chapecoense a doar os valores necessários para que Bleue pudesse viajar ao Haiti para buscar os filhos. Embora Bleue tenha procurado as políticas públicas municipais, não conseguiu qualquer forma de subsídio público para auxiliá-la na reunificação familiar. Concluída essa empreitada, a família fixou-se em Chapecó. Bleue e o marido estão inseridos no mercado de trabalho, e os filhos frequentam a escola e a unidade de saúde. O mais velho é adolescente aprendiz. Bleue e o marido são uma liderança para a população

haitiana no bairro em que habitam, principalmente por estarem à frente de uma igreja evangélica frequentada pelos seus compatriotas.

Verte é casada e tem dois filhos. O seu marido migrou primeiramente para o Brasil, e posteriormente Verte. Os filhos do casal ficaram no Haiti com a avó materna. A rota de migração compreendeu a saída do Haiti em direção à República Dominicana, onde Verte relatou ter sofrido bastante racismo. Posteriormente Verte seguiu até o Equador e daí para a tríplice fronteira, ingressando no Brasil a partir do estado do Acre. Relatou ter feito uma longa viagem de ônibus, de mais de 30 horas. Como seu marido já havia se radicado em Chapecó, Verte seguiu do Acre para lá. Ambos trabalham como auxiliar de produção em uma agroindústria. Muito embora ambos estivessem inseridos no mercado formal de trabalho, as despesas para trazer os filhos do Haiti eram muito superiores à remuneração recebida pelo casal. Diante da ausência de políticas públicas brasileiras destinadas à população migrante, a única alternativa encontrada pelo casal para a reunificação familiar foi recorrer a um financiamento num banco privado, a juros altos, e cujo montante será pago em muitos anos. Verte referiu a pretensão da família de manter-se em Chapecó, pois lá possuem qualidade de vida satisfatória em comparação com o Haiti ou mesmo com outros países que já habitaram.

Rouge é divorciada e deixou três filhos no Haiti sob os cuidados da avó materna. Tinha um pequeno comércio no país de origem, cuja venda, realizada após seu divórcio, ajudou a viabilizar os custos da migração para o Brasil, assim como as despesas da migração de um dos irmãos. O deslocamento de ambos foi intermediado por um coioete que recebeu altas somas para trazê-los. Quando chegou no Brasil, Rouge fixou-se no oeste catarinense, ao passo que o irmão rumou para o litoral do mesmo estado. Tempos depois ambos perderam o contato. Em Chapecó, Rouge conseguiu trabalho como auxiliar de produção em uma agroindústria. No campo afetivo, Rouge manteve união estável com um haitiano, com quem teve uma filha, Blanche. Rouge sofreu violência doméstica, registrou ocorrência policial na delegacia especializada e acabou por romper o relacionamento afetivo.

No trabalho, ainda gestante, um desentendimento entre Rouge e o supervisor provocou a sua demissão por justa causa. Depois disso, Rouge não conseguiu se inserir mais no mercado de trabalho e passou, cada vez mais, a depender do auxílio de compatriotas para sobreviver. É importante contextualizar que Rouge apresentava bastante dificuldade de se

comunicar na língua portuguesa, o que agravava a vulnerabilidade de sua condição. Quando sua filha nasceu, ela coabitava com outras haitianas. Em certa ocasião, quando Rouge saiu em busca de emprego, as então amigas abandonaram Blanche em um lixão. O Conselho Tutelar foi acionado, e a criança foi acolhida em instituição. Logo que Rouge foi localizada houve o esclarecimento da situação, com a imediata reversão do acolhimento institucional de Blanche.

O órgão tutelar requisitou a inserção de Blanche em uma unidade de educação infantil e o acompanhamento da proteção básica da política de assistência social do território em que habitavam. Com relação a este último serviço, havia dificuldade de comunicação com Rouge, assim como da adesão da haitiana aos encaminhamentos propostos. Rouge verbalizava que as amigas haitianas haviam jogado um feitiço contra ela e a filha, identificando-se a crença no vodu, cosmovisão presente na cultura haitiana. Com base nisso, Rouge desfazia-se das cestas de alimentos obtidas por meio do serviço da assistência social, acreditando que os alimentos poderiam estar contaminados. Passado algum tempo, a unidade de educação infantil acionou o Conselho Tutelar com a suspeita de que Blanche teria sofrido agressão física, pois apresentava hematomas. A unidade informou ainda episódios de negligência da mãe, pois não levava a filha à instituição de saúde, conforme solicitado. Esses fatos culminaram no acolhimento institucional de Blanche e na abertura de processo judicial de perda e suspensão do poder familiar, cuja defesa de Rouge foi realizada pela Defensoria Pública de Santa Catarina. Com o acolhimento de Blanche, foram definidas as datas e horários para Rouge visitar a filha no referido serviço. Rouge apresentava muita dificuldade de compreender o acolhimento da filha e a rotina de visitação, verbalizando que no Haiti não existia tal sistemática.

Em uma das visitas, Rouge insistiu em levar a filha consigo, argumentando que precisavam voltar para o Haiti para desfazer o feitiço realizado contra elas. Como ela se alterou, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi acionado, e Rouge passou a ser atendida por serviço especializado de saúde mental. Após esse evento, as visitas entre Rouge e a filha foram suspensas por decisão judicial. Com o transcorrer do processo judicial, a situação de Rouge foi reavaliada, observando-se que embora as políticas públicas de assistência social e de saúde municipais tenham buscado um arranjo diferenciado para atendê-la, o vínculo não se fortalecia. A referência para Rouge era o apoio obtido em uma igreja evangélica fundada pela comunidade haitiana situada no bairro em que ela habitava.

Nesse meio tempo, as visitas entre Rouge e a filha foram retomadas no serviço de acolhimento, porém Blanche não reconhecia mais a mãe, e a vinculação foi bastante difícil.

Como Rouge não conseguiu mais se reinserir no mercado de trabalho, ela passou a receber auxílio de familiares para migrar ao Chile. Ela queria levar a filha consigo. A decisão judicial encaminhou Blanche para adoção. A Defensoria Pública recorreu da decisão, mas ela foi mantida. Rouge migrou para o Chile e posteriormente para os Estados Unidos. Ficou segregada em um estabelecimento prisional por um período, por ser migrante ilegal. Depois disso não tivemos mais notícias de Rouge.

Narrativas sobre situações de violências – do Haiti ao Brasil

As narrativas apresentadas neste item integram o subprojeto de pesquisa “Trajetória de Mulheres Haitianas – Migrações Transnacionais e Violências de Gênero¹”, e as entrevistas foram realizadas de fevereiro a dezembro de 2019.

Para conhecer as histórias das mulheres haitianas, elaboramos um roteiro de entrevista, que foi adotado como um “fio condutor” durante o diálogo com elas, contendo os seguintes eixos: os motivos da vinda para o Brasil; a situação atual de trabalho/emprego; questões familiares: se veio juntamente com o cônjuge, com os filhos, quem da família ficou no Haiti; situações de violência de gênero no país de origem ou no atual; violência institucional que vivenciou no processo de migração, bem como que tipo de políticas públicas conhece, e a quem recorre quando necessita de ajuda.

Tendo como meta encontrar pelo menos 15 mulheres migrantes haitianas para entrevistar, deparamo-nos com uma série de desafios. À primeira vista, sobressaltou a dificuldade das entrevistadas em comunicar-se na língua portuguesa, o que exigiu maiores investimentos de nossa parte em estabelecer um vínculo de proximidade e de confiança com os sujeitos cognoscíveis privilegiados nesta pesquisa. Por fim, entrevistamos seis mulheres que emigraram do Haiti para o Brasil em busca de uma vida melhor, fator exemplificado por duas delas em seus depoimentos: *“vim para melhorar a vida. Lá é muito complicado porque não tem trabalho para nós.*

1 Esse subprojeto integra o Projeto Interinstitucional – Chamada CNPq nº 22/2016 Tema: Cidadania, Violência e Direitos Humanos Projeto: Violência na era dos direitos humanos: a questão da invisibilidade social de grupos vulneráveis, coordenado pela Professora Dra. Marionilde Dias Brepohl Magalhães (Universidade Federal do Paraná), de cuja equipe as autoras deste artigo fazem parte.

Depois do terremoto ficou muito difícil. Escolhemos Brasil porque o visto é mais fácil” (MULHER 1). “O nosso país está quebrado, os presidentes fazem promessas e não cumprem... Teve terremoto. Vim para cá para tentar melhorar de vida” (MULHER 2).

Com relação à trajetória de migração, três delas vieram com o marido e fizeram o mesmo trajeto, saindo do Haiti para a República Dominicana, seguindo para o Panamá, Equador, depois para o Brasil, entrando pelo Acre. Do Acre desceram de ônibus para Florianópolis ou Chapecó. Três vieram sozinhas, saindo da República Dominicana para o Brasil de avião, desembarcando em São Paulo e depois descendo para Florianópolis. Questionadas sobre algum tipo de violência institucional, as primeiras relataram dificuldades nas fronteiras, preconceito por parte dos policiais e exploração financeira por parte dos coioetes que intermediaram suas saídas dos países de origem.

López (2012) e Pace e Lima (2011) assinalam que o racismo institucional é uma violência, conceituado como o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas com certos marcadores grupais de cor, cultura e origem étnica ou regional. O que caracteriza esse tipo de racismo é que ele extrapola as relações interpessoais e ocorre à revelia das boas intenções individuais, implicando o comprometimento dos resultados de planos e metas de instituições, gestões administrativas e de governo.

Das seis haitianas, uma tem dois filhos que estão no Haiti com a avó; outra tem três filhos que também ficaram com a avó no Haiti; a terceira tem cinco filhos e toda a família ficou no Haiti, inclusive o marido; a quarta veio com o marido e os dois filhos; uma está aqui com o marido, não tem filhos, mas seus pais e três irmãos ficaram na “pátria de origem” dependendo de remessas financeiras para sobreviverem. A última veio para cá solteira, conheceu um homem (haitiano), pai de seu filho, que a abandonou depois que ela teve um AVC isquêmico, permanecendo internada.

Com relação à ocupação remunerada ou a modos de sobrevivência, duas têm trabalho com carteira assinada – serviços gerais em empresas terceirizadas; uma delas trabalhou durante dois anos em um restaurante na praia de Canasvieiras, e segundo ela: “o dono me despediu sem justa causa” (informação verbal); as demais estavam desempregadas e pediram, de forma muito enfática, a nossa ajuda para encontrar um emprego.

De acordo com Ana Maria Pereira (2015), no Haiti a vida das mulheres costuma ser muito difícil. Elas são responsáveis por manter a família e criar

os filhos sozinhas, sofrem muita violência doméstica e, frequentemente, violência sexual. O grupo humanitário Médicos Sem Fronteiras (MSF) afirmou, em entrevista à revista Exame, que a violência sexual no Haiti é grave e deve ser tratada como uma questão de saúde pública.

Acerca dos tipos de violências sofridas pelas mulheres haitianas, em contato com o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV) de Florianópolis, a Assistente Social disponibilizou os dados: entre 2016 e 2019, foram atendidas no CREMV dez mulheres haitianas em situação de violência, encaminhadas pela 6ª Delegacia da Mulher (6ª DP) e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – ou por igrejas – por meio das redes sociais. Oito entre dez mulheres atendidas registraram Boletim de Ocorrência, e somente uma recebeu Medida Protetiva. Os principais tipos de violência averbados pelas mulheres haitianas atendidas pelo CREMV foram: violência intrafamiliar; violência física; violência psicológica: violência moral; violência sexual; negligência familiar e violência econômica/patrimonial. Todas as dez mulheres eram haitianas, de cor preta. Ainda com relação às violências sofridas pelas mulheres haitianas entrevistadas, constatamos uma série de tipos de violências ora sutis, ora mais explícitas.

Ao falar sobre a viagem de ônibus – do Acre para Florianópolis, M. 1 comentou que era a única mulher desacompanhada no ônibus, e quando o motorista pediu para ela se sentar lá nos fundos do ônibus, com os homens, ela se negou veemente alegando que necessitava estar segura, pois passariam várias noites na estrada. Ao chegar em Florianópolis, foi morar com uma conhecida: *“quando cheguei aqui fui morar com amiga e pagava aluguel para eles – o marido dela não aceitava que eu morasse com eles e um dia ficou furioso e queria me bater. Eu logo procurei outro lugar para morar”* (MULHER 1).

Geralmente, quando as mulheres chegam aqui, são acolhidas por conhecidos e amigos haitianos até encontrarem trabalho e local de residência. O tipo de moradia disponibilizada para as pessoas de origem haitiana, geralmente, é muito precária, a falta de respeito e a exploração imobiliária por parte dos donos de imóveis são revoltantes. Fomos conhecer o local de moradia de uma das entrevistadas: uma pequena construção (um cômodo) localizada nos fundos do pátio de um estacionamento de carros de um prédio da Cohab. O local é minúsculo, precário, sem infraestrutura, e o valor cobrado é de R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês.

As demais mulheres entrevistadas também relataram a exploração a que são submetidas no local de moradia. Vivem em habitações precárias ou em quitinetes de um cômodo, todas localizadas em comunidades da periferia, e pagam no mínimo R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês.

O relato de uma das mulheres mostra o tipo de violência a que está submetida no conjunto de quitinetes onde reside com seu marido:

No conjunto de quitinetes onde moro tem um morador que é usuário de drogas. O homem fica em casa o dia inteiro, bate na minha porta e eu fico com muito medo porque eu sozinha em casa, meu marido só volta bem tarde da noite do trabalho. Ontem eu foi lavar roupa no tanque e ele veio dizendo que eu não podia lavar roupa aqui neste tanque, porque vocês são de outro país, aqui é o meu país... já falei com a dona das quitinetes e ela diz que já pediu para o moço sair, mas ele não sai... eu passo o dia na casa da minha amiga, com medo do moço. Fico lá até o meu marido voltar do trabalho que muitas vezes é 11 horas da noite (MULHER 3).

Duas das mulheres entrevistadas estão morando de favor em casas de conhecidas cuja família é grande (uma tem cinco filhos), e a mulher que veio do Haiti dorme no chão da casa, que só tem dois cômodos.

Outro tipo de violência relatado por uma das entrevistadas foi em relação ao assédio moral e preconceito que sofreu no restaurante onde trabalhou durante 20 meses (quase dois anos).

Trabalhei 20 meses em um restaurante em Canavieiras. Sai em novembro de 2018 porque o patrão me despediu, segundo ele, “por justa causa” – falou que eu abandonei serviço. Neste restaurante eu sofri muito preconceito, sofri racismo, humilhação, decepção! Meu chefe de cozinha me humilhava muito – “o coração dele estava sempre na boca” – (se referindo ao nervosismo do patrão). Ele me pressionava o dia inteiro pedindo muita coisa para eu fazer ao mesmo tempo! Não aguentei! Até hoje ele não deu baixa na minha carteira, trabalhei 20 meses e ele não “desassinou”, não deixou dinheiro na Caixa [deve se referir ao FGTS] (MULHER 5).

O assédio moral no trabalho é uma forma de violência e corresponde à exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções (BARRETO, 2003). Pode se manifestar por meio de comportamentos, gestos ou palavras que visam agredir e desequilibrar a pessoa na sua relação com o ambiente de trabalho, podendo trazer

danos à dignidade ou à integridade física e/ou mental da pessoa, ou ainda pôr em risco o seu emprego, ocorrendo de forma intencional e repetitiva. Essa mulher, que foi despedida sem justa causa, recorreu a um advogado, “recomendado por uma amiga”, para o qual terá que pagar 25% da causa. Por estar desempregada, desistiu da ação.

Evidenciam-se nesse tipo de situação as expressões do racismo e da xenofobia em desfavor de tais migrantes. Jones (2002, p. 541 apud WERNECK, 2016) explicita que o racismo se configura num amplo e complexo sistema, dado o seu modo de organização e desenvolvimento por meio de “estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis”. Werneck (2016) reflete ainda que, apesar da intensidade dos efeitos do racismo, prevalece a naturalização do fenômeno, relegado à invisibilidade.

Ocorre que o racismo não se reduz às relações interpessoais, visto que, especialmente no caso das migrantes negras periféricas – no caso, as imigrantes haitianas –, a faceta mais perversa se traduz no racismo institucional, à medida que as questões relativas a tal público são absoluta e reiteradamente invisibilizadas na agenda pública brasileira.

5 Mulheres migrantes haitianas: apontamentos para o Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que ao produzir conhecimento se insere no contexto das “Ciências Sociais Aplicadas”, e a originalidade do conhecimento construído necessariamente se articula com a interdisciplinaridade das disciplinas que integram as Ciências Humanas e Sociais, entre as quais os Estudos Feministas.

Enquanto a maioria das disciplinas possui uma tradição epistemológica consolidada, Hector Leis (2011) nos adverte que no campo dos estudos interdisciplinares não existem regras predeterminadas: “nesse campo, o valor acadêmico de uma pesquisa deriva, precisamente, de sua capacidade de inovar e contradizer marcos epistemológicos consagradas na abordagem de determinados problemas” (LEIS, 2011, p. 112).

Atualmente, é possível identificar a atuação de Assistentes Sociais em diversas Instituições que atendem mulheres imigrantes haitianas, como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), órgãos das Secretarias

Municipais de Educação, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde, Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI) de Florianópolis, Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV); Ações Sociais Paroquiais ligadas a Igrejas, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, a Delegacias de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI).

Geralmente, nessas instituições, são assistentes sociais e/ou psicólogas que fazem a primeira abordagem, acolhem as mulheres e por meio de uma “escuta social qualificada” realizam uma entrevista em profundidade para conhecer as demandas e necessidades. O grande desafio para as(os) profissionais que trabalham no atendimento com imigrantes haitianos é o domínio da língua francesa ou o dialeto crioulo. Geralmente é necessária a presença de um(a) intérprete para que a comunicação possa fluir.

Esse espaço de escuta é fundamental para que as mulheres possam se sentir seguras diante de um(a) profissional que transmita confiança, que acredita no que ela vai falar, que a respeita e a encoraja a expressar sentimentos que até então estavam guardados por medo e que agora ela é capaz de ordenar e clarear. É necessário que a situação apresentada pelas mulheres seja acolhida, qualificada e tratada com respeito e sigilo profissional.

Habitualmente, as demandas das mulheres imigrantes haitianas recém-chegadas no Brasil são a procura por um local de moradia, a obtenção de um emprego ou atividade remunerada, “aprender a falar português” e dar início ao processo de transnacionalização dos filhos e da família que permaneceram no Haiti.

Nesse sentido, cabe aos profissionais de Serviço Social estabelecer uma articulação em rede, ou seja, encaminhar as(os) imigrantes para as respectivas instituições que integram a Rede de Atendimento – que inclui Tribunal de Justiça, ONGs ou a Rede de Assistência no Município –, onde possam ter suas demandas atendidas.

A partir da trajetória no poder judiciário catarinense e na pesquisa científica, consideramos importante às(aos) profissionais de Serviço Social apreenderem, a partir das questões que envolvem as migrantes haitianas, as seguintes reflexões: em primeiro lugar, a confluência das questões de classe, raça, gênero, nacionalidade, território, entre outras mobilizadas pelos processos migratórios, demandam uma análise interseccional. Se o racismo estrutural e institucional já é uma constante no Brasil, ele pode se agravar ainda mais quando se trata de imigração haitiana ou africana.

As migrantes haitianas aqui radicadas acabam por defrontar-se com o racismo e a xenofobia, seja de forma velada ou explícita nas relações cotidianas, seja na ausência de políticas públicas voltadas à migração e no despreparo das instituições brasileiras para prestar serviços que incorporem a questão migratória interseccionada aos marcadores sociais. Cabe aos profissionais de Serviço Social permanecer atentas(os) a essa questão.

De modo geral, os(as) migrantes haitianos(as) têm se inserido preferencialmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, buscando melhores chances de enviar remessas para os(as) familiares que permaneceram no Haiti, entre os quais os(as) filhos(as), irmãos(ãs) mais jovens e os pais. O envio de remessas por migrantes haitianos(as) para o país de origem compõe parte expressiva da economia do país. Por conseguinte, as famílias preparam os(as) adultos(as) para migrar para outros países e mantêm as gerações mais jovens (crianças e adolescentes filhos, irmãos, primos ou sobrinhos) e mais velhas (pais e avós).

Nesse sentido, o projeto migratório atravessa a vida da população haitiana e tem rebatimentos nas questões de gênero e de família, uma vez que o sentido de família permanece intacto mesmo que pais, filhos e outros familiares estejam a milhares de quilômetros de distância. Esses processos mobilizam as reunificações familiares, visto que o distanciamento da família dentro do projeto migratório seja algo suportado – a duras custas – por um período provisório.

Ao chegarem no Brasil, muitas vezes, as migrantes haitianas veem-se frustradas ante as expectativas e os investimentos no projeto migratório. É comum depararem-se com baixos salários e a superexploração do trabalho, por causa do alto custo de vida de várias cidades brasileiras. É importante considerar que as remessas precisam ser enviadas em dólar para o Haiti e a desvalorização do real e o baixo salário recebido fazem com que os valores enviados sejam irrisórios.

Como visto nas situações protagonizadas por Rouge, Bleue e Verte, o principal viabilizador da melhoria da qualidade de vida e do acesso a direitos básicos foi mediado principalmente pelo acesso ao mercado de trabalho. Quando as protagonistas precisaram recorrer às políticas públicas brasileiras, especialmente para a reunificação familiar, não tiveram outra alternativa senão contar com campanhas de coleta de dinheiro e auxílio individual e a realização de financiamento em banco privado.

Esse cenário provoca a vulnerabilização das migrantes haitianas que aqui aportam. Isso porque, embora as condições de vida no Haiti sejam frágeis a ponto de as impelir à migração internacional, individualmente elas possuem condições pessoais para migrar. Ou seja, possuem renda, bens, escolaridade, entre outros predicados que as habilitam a migrar para fora do país. Ao chegarem no Brasil, veem-se submetidas a condições de trabalho e de remuneração bastante precárias, tendo que aceitar qualquer tipo de tarefa remunerada – geralmente serviços de limpeza, diarista, faxineira, entre outros do mesmo perfil, para sobreviver.

Entre os espaços que oferecem políticas públicas, projetos sociais e/ou benefícios para as mulheres imigrantes haitianas, majoritariamente estão as ONGs e igrejas. Em contato com o pároco da Igreja São João Batista e Mosteiro Santo Ivo, localizada no Bairro Agronômica de Florianópolis, recebemos dele o relato de que são atendidas na igreja aproximadamente 80 famílias haitianas que residem na Comunidade do Morro do Horácio (Agronômica), disponibilizando cestas básicas, curso de língua portuguesa oferecido por pessoas voluntárias da Paróquia (quatro turmas); curso de corte e costura oferecido por um morador haitiano que trabalhava em confecção no Haiti; e uma produção de conservas em vidro coordenada pelo padre Philip (de origem francesa, que se comunica bem com elas), envolvendo um grupo de seis mulheres haitianas. Esse tipo de projetos também pode ser desenvolvido junto aos CRAS, Centros Comunitários, Associações de Moradores, entre outros espaços, em parceria com profissionais de Serviço Social.

6 Reflexões conclusivas

Passados dez anos do início da migração haitiana no Brasil, cabe aqui uma reflexão para nós, profissionais de Serviço Social, amparadas em uma das frases sobre a contribuição dos Estudos Feministas que abrem este artigo: não é suficiente entender como funciona e como está organizada a vida social das mulheres imigrantes haitianas; temos um compromisso ético e político com a mudança social; podemos propor ações para tornar o cotidiano das relações dessas mulheres mais equitativo, mais justo e menos desigual.

O processo migratório das mulheres haitianas tem muito a contribuir para a propulsão e o aperfeiçoamento de políticas, programas, projetos, metodologias e práticas de intervenção do Serviço Social capazes de movimentar os diversos marcadores de diferença social, privilegiando-se a

nacionalidade, o gênero, a raça, a classe, a religião, a geração, o território. A figura da mulher negra, estrangeira, pobre, que clama pelos seus direitos humanos, pode ser uma alegoria potente para apontar a força com que ainda se mantêm, mesmo que de forma velada, a misoginia e o racismo que insistem em se perpetuar no Brasil.

Oxalá o caráter da universalidade das políticas de saúde e educação consignadas na Constituição Federal de 1988 seja efetivamente oportunizado às pessoas das mais diversas marcações, como as migrantes haitianas e de outras nacionalidades que aqui se radicam.

Nos fluxos migratórios e nos processos de transnacionalização das famílias haitianas, as(os) profissionais de Serviço Social podem estar atentas(os) aos diversos instrumentais técnico-operativos que permeiam os procedimentos de intervenção junto das imigrantes haitianas, quais sejam: acolhimento, escuta social qualificada, entrevista, visita domiciliar, realização de grupos de mulheres, cursos de capacitação, reuniões com a equipe multiprofissional, visitas institucionais, elaboração de relatórios situacionais, parecer social, registros de informações, encaminhamentos para a Rede de Atendimento e para a Rede de Assistência Social, planejamento de programas e projetos, construção de indicadores, monitoramento e avaliação, investigação científica e pesquisas sobre a temática.

É por meio desses instrumentais que o profissional de Serviço Social incorpora o Projeto Ético Político definido pela categoria, buscando promover o resgate dessas mulheres como sujeitos de direito, desenvolvendo a autoestima e a autoconfiança num processo de fortalecimento, empoderamento e emancipação.

Referências

AYUSO, A. Pobreza, desigualdad y cohesión social: más allá de los objetivos del milenio. **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid, n. 0, p. 107-131, 2007.

BARRETO, M. **Violência, saúde, trabalho**: uma jornada de humilhações. São Paulo: Educ, 2003.

BERNARTT, M. L. *et al.* Movimento migratório no sul do Brasil: o caso dos haitianos na região oeste catarinense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. p. 1-23.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CASTAÑEDA SALGADO, M. P. **Metodología de la investigación feminista**. Antigua: Fundación Guatemala, 2008.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GAVIRIA MEJÍA, M.; BORTOLI, J.; LAPPE, E. Papel das mulheres migrantes nos projetos familiares que mobilizam a imigração haitiana para o Brasil. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIÁLOGOS NA CONTEMPORANEIDADE: TECNOCIÊNCIA, HUMANISMO E SOCIEDADE, 4., 2015, Lajeado. **Anais [...]**. Lajeado: Univates, 2015. p. 153-159.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51

HARDING, S. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113.

KABEER, N. **Realidades trastocadas: las jerarquías de género en el pensamiento del desarrollo**. Ciudad de México: Paidós, 1998.

LEIS, H. R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. *In*: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. (ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 106-121.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface**, São Paulo, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. A imigração haitiana em Santa Catarina: fases e contradições da inserção laboral. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH. HUMANIDADES,

ESTADO E DESAFIOS DIDÁTICO-CIENTÍFICOS, 11., 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. p. 348-358.

MIGNOLO, W. D.; Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

PACE, A. F.; LIMA, M. O. Racismo institucional: apontamentos iniciais. **Artifícios**, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2011.

PEREIRA, A. M. Haiti – A vida sofrida da mulher haitiana. **Brasileiras pelo mundo**, [S. l.], 8 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Fsnohu>. Acesso em: 5 mar. 2019.

RAMOS, M. N. Migração, maternidade e saúde. **Repertório**, Salvador, n. 18, p. 84-93, 2012.

SASSEN, S. **Contrageografias de la globalización**: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

ZENI, K.; FILIPPIN, E. S. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 11-27, 2014.

Recebido em janeiro de 2021.

Aprovado em março de 2021.